



Ensaío

A internacionalização do ensino superior por meio da mobilidade estudantil: Diálogos entre Brasil e Europa

*The internationalization of undergraduate level through student mobility: dialogues
between Brazil and Europe*

Marcos Felipe Lopes de Almeida¹

Resumo:

A globalização estimulou a internacionalização do ensino superior, em virtude da aproximação dos países. No entanto, a internacionalização realçou algumas questões normalmente invisíveis. No caso da mobilidade estudantil, é possível identificar as semelhanças entre os países que mais enviam estudantes e entre aqueles que mais recebem, bem como as diferenças entre esses dois grupos. Com relação aos aspectos acadêmico-pedagógicos, podem ser apontadas algumas distinções quando se compara o Brasil e a Europa, por exemplo, o sistema de créditos e a pesquisa científica.

Palavras-chave: Internacionalização. Ensino superior. Mobilidade estudantil.

Abstract:

The globalization stimulated the internationalization of the undergraduate level, due to the approach between countries. However, the internationalization highlighted some issues that are normally invisible. Regarding student mobility, it's possible to identify the similarities between those countries that most send students and between those that most receive them, as well as differences between these two groups. Concerning the academic and pedagogical aspects, there are some distinctions when comparing Brazil and Europe, for example, the credit system and the scientific research.

Keywords: Internationalization. Undergraduate level. Student mobility.



¹ Editor-geral do Periódico Alethes. Graduando do curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, em período de intercâmbio acadêmico na Universidade de Lisboa, Portugal.

A globalização é responsável pela aproximação dos países, facilitando as relações entre eles, desde a simples troca de informações até o fluxo de pessoas. No campo da educação e da ciência, a globalização impulsionou o intercâmbio de conhecimento, então, pode-se dizer que contribuiu para a internacionalização do ensino superior.

Segundo Fábio Contel e Manolita Lima (2007), existem 4 modalidades de internacionalização: (1) consumo do serviço no exterior; (2) prestação do serviço no exterior; (3) oferta transfronteiriça dos serviços; e (4) presença comercial. No âmbito deste trabalho, será dado destaque à primeira opção, que representa a mobilidade estudantil com o intuito de realizar estudos no exterior.

A partir disso, o presente ensaio apresentará dados estatísticos do fluxo de estudantes de ensino superior e como isso reafirma a linha abissal que distingue a metrópole da colônia. Ademais, serão elencadas as principais semelhanças e diferenças entre o Brasil e a Europa no que tange às práticas acadêmico-pedagógicas.

1. A mobilidade estudantil

No Brasil, a realização de intercâmbios durante o ensino superior recebeu grande impulso com o “Ciência sem fronteiras”, programa do governo federal. Porém, em geral, os cursos das áreas de humanas e sociais aplicadas não foram contemplados pelo programa, como é o caso do Direito. Então, a alternativa que possibilita a mobilidade estudantil nesses cursos não-contemplados é a celebração de protocolos de cooperação entre as instituições de ensino superior, as quais devem se articular com o fim de se projetar internacionalmente.

Por outro lado, na Europa, há o “Erasmus”, programa de intercâmbio já institucionalizado, que permite a mobilidade estudantil dentro da União Europeia, em virtude das estreitas relações entre os países-membros do bloco.

Em busca de um mapeamento da mobilidade internacional de estudantes, o *Institute of International Education (IIE)* elabora anualmente o *Project Atlas*, que contém informações como o número de estudantes em mobilidade, a comparação com os anos anteriores e os principais destinos. Na Tabela 1 estão enumerados os principais destinos e o número de estudantes recebidos, conforme a versão de 2015 (ano acadêmico 2014/2015) do *Atlas*².

Tabela 1 – Países que mais receberam estudantes estrangeiros no ano acadêmico de 2014/2015.

País anfitrião	Número de estudantes recebidos
----------------	--------------------------------

² Mais informações em: <http://www.iie.org/Research-and-Publications/Project-Atlas>.

Estados Unidos da América (EUA)	974.926
Reino Unido	493.570
China	377.054
Alemanha	301.350
França	298.902
Austrália	269.752
Canadá	268.659
Japão	139.185
Países Baixos	90.389
Nova Zelândia	46.659

Fonte: *Institute of International Education, Project Atlas 2015*.

Quanto ao Brasil, são apresentados apenas dados relacionados com os Estados Unidos, já que o *IIE* é sediado nesse país.

No ano acadêmico de 2014/2015, constatou-se que 23.675 brasileiros estavam estudando nos Estados Unidos, que geraram uma contribuição de 408 milhões de dólares para a economia desse país. Calcula-se que o Brasil é o sexto país que mais envia estudantes para os EUA.

Como pode ser percebido na tabela, com exceção da China, os principais destinos são países integrantes do Norte global, cujo desenvolvimento já foi consolidado. Nesse sentido, cabem as ideias de Boaventura de Sousa Santos (2007), que afirma a existência de uma linha abissal. De um lado, temos a Metrópole, onde impera a lógica da regulação/emancipação, contraposta à Colônia, onde vige o paradigma da apropriação/violência.

A mobilidade estudantil é capaz de deixar mais clara a presença da linha abissal, inclusive, pode agravá-la, pois consolida o Norte global como o pólo da educação e da ciência.

2. As práticas acadêmico-pedagógicas: Brasil-Europa

No cenário científico brasileiro, o monopólio de dizer a ciência está condicionado às titulações, uma vez que as publicações científicas se limitam a divulgar apenas os trabalhos, cujo autor ou cuja autora tem títulos. Com isso, os graduandos e as graduandas encontram grandes entraves para participar. Nesse panorama, insere-se o Periódico *Alethes*, enquanto iniciativa contra-hegemônica.

Todavia, no Brasil, é possível, apesar de ainda incipiente, encontrar alunas e alunos em contato direto com a pesquisa científica, através da participação em grupos de pesquisa, coordenados por um(a) professor(a) orientador(a).

Contrariamente, na Europa, o envolvimento das(os) alunas(os) é mais restrito ainda. A investigação científica é praticada apenas nos cursos de pós-graduação. Durante a graduação, é dado maior enfoque ao ensino. Conseqüentemente, os(as) graduandos(as) não têm a faculdade de publicar seus trabalhos.

Já no âmbito pedagógico, a metodologia de ensino adotada na Europa é a repartição da disciplina em aulas teóricas e em práticas. Em um momento, são lecionados, geralmente por um professor catedrático, os elementos teóricos do assunto. Posteriormente, são ministradas, por um professor auxiliar, as noções práticas, através de resolução de casos práticos e comentários de jurisprudência.

No Brasil, predominam as aulas teórico-práticas que, na verdade, se limitam praticamente apenas à abordagem teórica do conteúdo, deixando a parte prática em segundo plano.

Outra importante diferença é o sistema de contagem de carga horária das disciplinas. A Declaração de Bolonha, de junho de 1999, define etapas e objetivos a serem alcançados para a construção de um espaço europeu de ensino superior globalmente harmonizado. Assim, consta como um dos objetivos o estabelecimento e a generalização de um sistema de créditos, chamado de *European Credit Transfer System* (ECTS). Ao adotar o ECTS, o processo de formação deixa de ser centrado na sala de aula, passando a ter foco na aprendizagem, visto que leva em consideração as atividades externas à sala de aula exercidas pelos(as) estudantes. Além disso, a padronização proporcionada pelo sistema facilita a mobilidade estudantil dentro dos países da União Europeia e o aproveitamento dos estudos realizados fora da instituição de origem.

Como já dito, o ECTS também considera os estudos externos à sala de aula. Por exemplo, se uma disciplina tem 6 ECTS, significa que a sua carga horária semanal é de 6 horas, sendo 4 horas de aulas, subdivididas em 2h práticas e 2h teóricas. As duas horas restantes são atribuídas ao estudo individual, preparação de projetos e para exames. Portanto, o ECTS acompanha as tendências mais modernas no campo da educação, as quais enxergam a(o) discente como a(o) protagonista do processo de aprendizado, cuja concretização não está mais restrita aos espaços típicos de outrora.

3. Conclusão

A globalização trouxe benefícios e facilidades para a sociedade em geral, principalmente com relação à tecnologia e suas potencialidades. Porém, também agrava as desigualdades sociais, pois colabora ainda mais com a concentração da riqueza em países desenvolvidos, integrantes do Norte global.

É importante o intercâmbio cultural entre os países do Norte global e os do Sul, sendo determinante a maneira como se lida com as diferenças.

No contexto do ensino superior, podem ser percebidos avanços e atrasos: quanto a investigação científica, o Brasil está à frente, pois abre oportunidades ainda para a graduação; porém, quando se trata da metodologia de ensino, remanesce um modelo retrógrado.

Portanto, é preciso conhecer as experiências educacionais inovadoras de outros países, visando a autonomia do aluno e da aluna e a formação de um senso crítico. Uma educação centrada na emancipação dota o indivíduo de instrumentos capazes de questionar a realidade, assim como de conter e combater os malefícios advindos da globalização.

4. Referências bibliográficas

CONTEL, Fábio Betioli; LIMA, Manolita Correia. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. *INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 167-193, jul./dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos*, n. 79, novembro de 2007.

